

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672594859>

Dilemas em trabalho de campo, ética e mal-estar: comentários sobre *Street Corner Society*

*Dilemmas in Fieldwork, Ethics, and Malaise: Comments on Street
Corner Society*

*Dilemmes du terrain, éthique et malaise: Commentaires sur Street
Corner Society*

*Dilemas en el Trabajo de Campo, Ética e Incomodidad:
Comentarios sobre Street Corner Society*

 **Daniel Alves**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Resumo | Partindo de uma situação narrada a partir de trabalho de campo numa comunidade negra quilombola, buscamos problematizar questões envolvendo ética, cultura, política local e pesquisa em Ciências Sociais. Para tanto, refletimos sobre a obra de William Foote Whyte, *Street Corner Society*, publicada pela primeira vez nos Estados Unidos em 1943. Consideramos que algumas experiências narradas nesse livro nos levam a pensar sobre nossas próprias experiências de imersão em trabalho de campo. Examinamos brevemente dois trechos que se relacionam mais diretamente com dilemas ético-políticos nas relações entre pesquisador e comunidade, postulando que não há soluções fáceis para eles e atentando para constrangimentos estruturais que permeiam tais relações. Ao final, recuperamos a noção de *maquiavelismo sociológico* expressa por Peter Berger, a qual expressa a possibilidade de uma ética racional que coadune visão de mundo cínica da sociedade e compromisso ético-político com os grupos que estudamos.

Palavras-chave: Pesquisa Social, Trabalho de Campo, Ética, Cultura, Política Local.

Abstract: Based on a situation narrated through fieldwork in a Black quilombola community, we seek to problematize issues involving ethics, culture, local politics, and social science research. To this end, we reflect on William Foote Whyte's work, *Street Corner Society*, first published in the United States in 1943. We believe that some of the experiences narrated in this book lead us to reflect on our own experiences of immersion in fieldwork. We briefly examine two excerpts that relate more directly to ethical-political dilemmas in researcher-community relationships, postulating that there are no easy solutions to them and highlighting the structural constraints that permeate such relationships. Finally, we revisit the notion of *sociological Machiavellianism* expressed by Peter Berger, which expresses the possibility of a rational ethics that reconciles a cynical worldview of society with an ethical-political commitment to the groups we study.

Keywords: Social Research, Fieldwork, Ethics, Culture, Local Politics.

Résumé: À partir d'une situation relatée lors d'un travail de terrain au sein d'une communauté quilombola noire, nous cherchons à problématiser des questions touchant à l'éthique, à la culture, à la politique locale et à la recherche en sciences sociales. Pour ce faire, nous nous appuyons sur l'ouvrage de William Foote Whyte, *Street Corner Society*, publié pour la première fois aux États-Unis en 1943. Nous pensons que certaines des expériences relatées dans cet ouvrage nous incitent à réfléchir à nos propres expériences d'immersion dans le terrain. Nous examinons brièvement deux extraits qui se rapportent plus directement aux dilemmes éthico-politiques dans la relation entre chercheur et communauté, postulant l'absence de solutions simples et prêtant attention aux contraintes structurelles qui imprègnent ces relations. Enfin, nous revisitons la notion de *machiavélisme sociologique* exprimée par Peter Berger, qui exprime la possibilité d'une éthique rationnelle conciliant une vision cynique du monde et un engagement éthico-politique envers les groupes étudiés.

Mots-clés: Recherche sociale, Travail de terrain, Éthique, Culture, Politique Locale.

Resumen: A partir de una situación narrada a través del trabajo de campo en una comunidad negra quilombola, buscamos problematizar cuestiones relacionadas con la ética, la cultura, la política local y la investigación en ciencias sociales. Para ello, reflexionamos sobre la obra de William Foote Whyte, *Street Corner Society*, publicada por primera vez en Estados Unidos en 1943. Creemos que algunas de las experiencias narradas en este libro nos llevan a reflexionar sobre nuestras propias experiencias de inmersión en el trabajo de campo. Examinamos brevemente dos fragmentos que se relacionan más directamente con dilemas ético-políticos en la relación entre el investigador y la comunidad, postulando que no existen soluciones fáciles y prestando atención a las limitaciones estructurales que permean dichas relaciones. Finalmente, retomamos la noción de *maquiavelismo sociológico* expresada por Peter Berger, que expresa la posibilidad de una ética racional que concilie una visión cínica del mundo de la sociedad con un compromiso ético-político con los grupos que estudiamos.

Palabras-clave: Investigación Social, Trabajo de Campo, Ética, Cultura, Política Local.

Introdução

Entre os quilombolas Kalunga moradores em zona rural ao nordeste de Goiás, entre 2021 e 2024, realizamos uma pesquisa-ação que envolvia um diagnóstico preliminar quantitativo dos determinantes sociais de saúde. Atuamos enquanto docentes associadas (e eu, associado) ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Saúde da Universidade Federal de Goiás (NEPEAS-UFG), com a colaboração de alunos e alunas da UFG. O processo, coordenado pela professora Fabiana Ribeiro Santana (Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública – IPTSP/UFG), compunha-se ainda de uma fase anterior de sondagens qualitativas entre agentes comunitários (doravante, ACS) e gestores de saúde, e um posterior debate dos dados junto às comunidades entrevistadas.

Enquanto fazíamos o diagnóstico quantitativo em uma comunidade da região, sorteamos continuamente as pessoas para que a amostra fosse o mais representativa possível da população que morava ali. Nesse ínterim, sorteamos numa casa uma mulher adulta e uma adolescente. Eu e um colega chegamos à porteira e fomos recebidos por um homem adulto. Perguntamos por nomes associados a casas da região, que tínhamos numa lista previamente escrita (isso será importante depois). O homem, que chamarei aqui de Marcos, apresentou-se afável, entendeu o que pretendíamos e foi até dentro da casa para falar com as pessoas escolhidas, sua esposa e sua filha. Retornou lá de dentro, dizendo que a esposa não queria participar, e por extensão entendemos que não poderíamos entrevistar a adolescente. Marcos parecia bastante consternado em informar a recusa. Muito obrigado, desculpe pelo seu tempo, tenha um bom dia, saímos dali.

Numa manhã, poucos dias depois e quase no fim de nosso período ali, sorteamos novamente as entrevistas, pois tínhamos que dar conta de segmentos de amostra que estavam desequilibrados frente ao que tínhamos de população moradora. Sorteamos, entre outros, o senhor Marcos. Conversamos rapidamente e, já que ele tinha sido bem acessível, consideramos que ele talvez quisesse colaborar. Fomos até a casa e batemos palmas de novo. A cena se repetiu: ele foi afável, entrou em casa, conversou alguma coisa que não ouvimos (nos mantivemos na porteira, como sempre, aguardando o resultado do contato) e retornou dizendo que não poderia responder ao questionário, pedindo desculpas. Não fique assim, nós que nos desculpamos por ter vindo de novo, passar bem.

De tarde, já tínhamos saído da casa na qual estávamos instalados, que pertencia a uma interlocutora da comunidade que exercia liderança ali, à frente de projetos sociais e iniciativas como nossa pesquisa. Seguíamos procurando pessoas ressorteadas, quando nos procuraram no meio de nossas buscas para dar um aviso. Marcos tinha atravessado a comunidade e tinha ido até a casa de nossa interlocutora para discutir com ela em altos brados. Queria saber quem tinha passado seu nome para nossa equipe, que não tinha consentido com isso e que não queria ser mais importunado. Não satisfeito, passou em algumas casas, perguntando se tínhamos estado ali, e tentando influenciar as pessoas para não responderem à pesquisa. Retornamos logo para a base, mas não a tempo de ver a cena

acima. Soubemos de tudo por nossa interlocutora, que estava aos prantos, e enquanto a acolhíamos tentávamos entender o que tinha se passado.

Antes de começar a execução da pesquisa, produzimos a lista dos nomes com o agente comunitário de saúde (ACS) local, ao qual chamaremos Luís. Conseguímos a lista por força do fato de que estávamos em colaboração com as equipes de saúde dos municípios, tendo a pesquisa sido aprovada em Comitês de Ética da UFG e da Secretaria de Estado de Saúde (SES-GO). Como sabemos, esse procedimento de montar listas e sortear é parte fundamental de metodologias quantitativas.

Marcos vinha de uma parte da comunidade distante da qual tínhamos nos filiado, de uma região que tinha se convertido ao evangelismo pentecostal. A mulher de Marcos, a princípio, tinha nível superior e certamente sabia o que era pesquisa social. Além disso, Marcos tinha sido ACS em outros tempos. Sendo assim, o fato de que Luís tinha nos passado as informações necessárias para que fizéssemos a amostra tinha se tornado uma ferramenta de ataque. Conversando, enquanto nossa interlocutora se acalmava, uma pergunta se impunha: o ataque foi em direção a quem? Na superfície, Marcos tentara desacreditar nossa pesquisa; mas, de outra parte, atacara seu parente mais novo Luís, de quem ele poderia estar figurando tomar de volta o posto de ACS.

Diante de nossa interlocutora e por liderança da coordenação da pesquisa, montamos ali mesmo duas linhas de ação ao estilo *tour de force*. A primeira não nos tinha sido ofertada, não sabíamos que existia e nem nos ocorrera antes: entrar via nossa interlocutora no grupo de rede social da comunidade com um áudio, explicando a pesquisa e nossos objetivos, coisa que inclusive era muito bem explicada em termos de consentimento informado que todos os sujeitos entrevistados assinaram. A outra consistia em relatar detalhadamente tudo o que aconteceu à gestão de saúde, preservando a principal fonte de renda de um jovem que só estava tentando fazer seu trabalho, cooperando conosco. Para fazer isso, tivemos de sair da comunidade um dia antes do previsto e nos deslocar em equipe para uma cidade que distava duas horas e meia de viagem desde onde estávamos, para só daí então voltarmos para nossas cidades natais.

Essas tramas conferiram aprendizados grupais que foram fundamentais nessa pesquisa. Sem alguma experiência imersiva, mesmo que curta, preenchendo questionários, as facetas da realidade social são apenas especuladas. Pesquisas como essa são sustentadas em relações de confiança com as comunidades, e nessas a proposta era publicizar e problematizar os dados com as comunidades estudadas (para o relatório final, ver NEPEAS-UFG, 2023). Para que tudo isso ande, existe uma espécie de construção política da pesquisa, costurada especialmente através de conversas pessoais, no mais das vezes informais. Nesses processos, tudo pesa e se atravessa: as origens sociais dos sujeitos, suas motivações, disposições psicológicas, visões de mundo, projetos de vida e sentidos de justiça. Algumas vezes há que se tomar posições em favor ou desfavor de alguém. E, como veremos, por mais que a ação de pesquisa possa fundamentar-se nos mais nobres valores e boas intenções, nada garante que não haverá preços a pagar.

Os limites éticos, porque baseados em reflexividade, precisam ser sempre discutidos e pesados, acabando em decisões em campo. Não se pode esquecer que por vezes a omissão (que pode ser justificada por “neutralidade científica”, por exemplo) pode causar prejuízo àqueles que colaboram conosco em campo. À frente e ao fundo de tudo isso, um processo histórico violento, desigual e distópico segue seu curso: no que ele consiste, como ele implica em nossas relações em campo e em melhores futuros possíveis para quem sofre com ele? Encontramos na literatura das Ciências Sociais livros que situam esses problemas de tal forma que podemos continuar seguidamente nos perguntando sobre elas em nossos contextos. Um deles, seguramente, é *Street Corner Society*, publicado originalmente por William Foote Whyte, nos Estados Unidos, em 1943. Meu objetivo aqui, depois de ter passado por uma experiência complexa de pesquisa-ação, é lançar algumas reflexões sobre esse livro e transpor algumas interpretações de cunho hermenêutico baseadas nessa minha experiência.

Relações pessoais são chaves para o conhecimento do outro

Devemos, por inspiração das obras de Michel Foucault (2000) e Edward Said (1990), dedicar atenção às palavras utilizadas como descritores da alteridade. Transições entre substantivos (que são também adjetivos) autorizados para “enunciar o outro” (“selvagem”, “primitivo”, “nativo”) são ilustrativas de fases da história da Antropologia. Em determinado momento dessa história, no segundo quarto do século XX, surge a figura do “informante-chave”. Trata-se de um “nativo” diferente dos outros “nativos”, porque no processo da pesquisa ele tem um duplo papel. Espera-se que ele ou ela disponha de seu tempo e de seu conhecimento para inserir o “sujeito cognoscente” da pesquisa dentro da cultura “nativa”. Eu decomporia essas funções da palavra. O lado “informante” aponta o papel de obter informação do grupo, podendo ser acionado para corroborar ou desmontar hipóteses de campo produzidas a partir dessas mesmas informações. Por outro lado, “chave” aponta um papel de destaque “para dentro da pesquisa” e, não raras vezes, para o próprio pesquisador ou pesquisadora.

A palavra “informante” aponta, a meu ver, para a dimensão colonial da relação sujeito-objeto num momento da Antropologia. Temos, no segundo quarto do século XX, antropólogos europeus ou norte-americanos realizando trabalho de campo noutras culturas no Sul global (no caso dos europeus), e a sul, a norte ou a oeste dos Estados Unidos e na Oceania (no caso dos estadunidenses). Pelo menos em português, “informante” remete à linguagem utilizada por autoridades policiais para descrever pessoas que colaboram com elas desde o “outro lado” como “delatores” de grupos criminosos ou contraventores. No caso de antropólogos europeus, o trabalho de campo se deu ao mesmo tempo em que havia tensões ou conflitos abertos entre as administrações coloniais e as nações estudadas, potencialmente

ou abertamente vistas como “inimigas”¹. Daí se entende a contrapartida possível: de os “nativos” encararem antropólogos como potenciais “espiões”².

Por outro lado, informantes são “chaves”. Supõe-se que exista uma relação pessoal com tal sujeito. Desconheço que haja alguma área, fora a Psicologia em suas vertentes psicanalíticas, na qual relações pessoais são condição metodológica necessária para a produção do conhecimento. Quando mencionamos “relações pessoais”, entenda-se: relações que não se medem pela duração de preencher um instrumento de pesquisa (formulários ou questionários abertos ou fechados), cujo término significa o estancamento da comunicação mútua, com a subsequente transformação da fala em informação e, talvez, em dado. Supõe-se nessas relações envolvimento, ou como diria Alfred Schutz, um “envelhecer juntos” fundamentado, em algum nível, nos códigos da “dádiva entre estranhos” (Godbout, 1999).

Metáforas comuns são a da criança que aprende com as gafes que comete (Malinowski, 1978), a do estrangeiro que ultrapassa o limiar do território de outro, ou a do iniciado num ritual (Damatta, 1978). Participar da vida doméstica (Fonseca, 2000), estar onde os outros fazem coisas (mesmo que “ilegais” ou “imorais”), estar comendo o que se come junto (mesmo que engorde ou faça mal), estar orando onde se ora junto (mesmo que ateu), correr da polícia quando o povo foge dela (Geertz, 1989), engajar-se nas causas que os outros advogam, imiscuir-se nas filigranas (nem sempre recompensadoras) das tramas micropolíticas e ser obrigado a participar delas: Antropologia supõe um “risco” para quem considera a separação sujeito-objeto como condição *sine qua non* de ciência. Nessa ciência encarnada, a constituição das relações e dos afetos não desobriga o esforço sistemático de produzir dados relevantes à pesquisa social. Trata-se, nalguma medida, de “viver junto” e ao mesmo tempo realizar que a descoberta mútua do encontro não é uma comunhão (Cardoso, 1986, p.103).

Muitos escreveram sobre “produção de dados em pesquisa social”, em tonalidades e perspectivas que navegam ao sabor das correntes teóricas e epistemológicas nas Ciências Sociais. Poucos escreveram sobre como essas coisas se combinam ao “rés do chão”. Entre esses poucos está William Foote Whyte, que se ateve em seu longo trabalho de campo, com afínco e persistência, a princípios enunciados por Bronislaw Malinowski na introdução dos *Argonautas do Pacífico Ocidental* (Malinowski, 1978). Com *Street Corner Society* (Whyte, 2005), pela primeira vez, temos a encarnação metodológica da Antropologia aplicada a um ambiente urbano. Mesmo reconhecendo a estatura de seus antecessores da Escola

¹ Isso ajuda a compreender, por exemplo, a resistência dos Nuer quanto à presença de Evans-Pritchard durante os meses em que tentou fazer trabalho de campo entre eles na década de 1930, resistência essa ironizada pelo próprio antropólogo na introdução de *Os Nuer* (Evans-Pritchard, 1993). Michel Leiris, nessa mesma década, escancara os extremos desta tensão em *A África fantasma* (Leiris, 2007), quando descreve a atuação do antropólogo Marcel Griaule numa Abissínia conflagrada. Grande parte da pesquisa antropológica do Norte global, a partir dos anos 1920, desenvolveu-se em áreas de conflito colonial aberto ou velado, nas quais antropólogos já entram “tendo um lado” diante dos “nativos”, e questões sobre como “entrar em campo” e “ganhar a confiança” dos “outros” tornam-se particularmente existenciais para a pesquisa (e o são, até hoje).

² Os “rapazes da esquina”, num primeiro contato, consideraram que William Foote Whyte poderia ser agente do FBI (Whyte, 2005, p. 300). Como informação lateral aqui, contabilizei 15 vezes em que a palavra “informante” é utilizada nesse livro. “Informante-chave” é mencionada duas vezes, no apêndice.

Sociológica de Chicago (especialmente Park, 1973), devemos dizer que Whyte permite finalmente ver “a carne, o sangue e os ossos” de uma pesquisa sobre a cidade, vivendo profundamente num lugar dela, sem ser daquele lugar. Em muitos sentidos, a partir desta obra, inventa-se a Antropologia Urbana.

E sim, havia um “informante-chave” na pesquisa de Foote Whyte. Seu nome em vida era Ernst Pecci; no livro, “Doc”. Não se compreende *Street Corner Society* sem entender a relação pessoal entre William Foote Whyte e Ernst Pecci. Sabemos dessa relação a partir do que o primeiro escreveu sobre ela, ou seja, da relação entre o autor e Doc.

No primeiro capítulo (*Doc e seus rapazes*), somos apresentados a Doc e ao grupo, e Foote Whyte já adianta certos temas que serão fonte de transformação. Fases em que pessoas entram e saem do grupo, ao sabor de mudanças etárias, das idas e vindas dos afetos e desafetos com as meninas do bairro, do perde e ganha juvenil, do crédito masculino constantemente posto em risco no boliche, na porrada, na paquera ou na política.

Doc ganha um protagonismo por conta do retrato biográfico logo nesse primeiro capítulo: uma descrição pessoal que não se limita a um episódio e suas consequências (como Regreb em Geertz, 1997; ou os dois sujeitos ambíguos entre arcos e cestos em Clastres, 2013). Para além disso, Foote Whyte detalha um “ciclo de vida” de seu protagonista de um jeito que posteriormente Bourdieu (2007), a meu ver, não poderia criticar. No texto mencionado, Bourdieu aponta que metodologias que utilizam narrativas biográficas baseiam-se metodologicamente numa espécie de realismo (falso) construído pelo pesquisador, assentando no relato de um sujeito pesquisado, não apresentando nada mais que um “construto discursivo” imiscuído na fala do sujeito refratado pelos constrangimentos estruturais da língua, dos campos sociais e do *habitus*. Seria, portanto, “demissão intelectual” não analisar sociologicamente as possibilidades e limites dessa construção do discurso sobre si mesmo.

Whyte não dissolve a narrativa de Doc numa linguagem sociológica, nem parece se fiar nela como verdade irrefutável. O “ciclo de vida” descrito pelo autor trama disposições psicológicas de Doc, constrangimentos sociais e projetos de vida malsucedidos, num todo coerente que certamente influenciou antropólogos que desenvolveram depois esse estilo “vida como ela é”, como Oscar Lewis. Trata-se de um estilo quase jornalístico, como crônica da vida real, que tem por mérito trazer ao público de classe média situações biográficas socialmente determinadas, complexas, desfavorecidas e intencionalmente esquecidas pelos veículos da mídia, pela academia e pelos poderes públicos e privados.

O relativo sucesso de Doc como líder de uma gangue de rua e seus empreendimentos comuns (o jogo de dados, a campanha eleitoral, a defesa da dignidade do grupo da Norton Street, os momentos de lazer) contrasta com uma fase posterior de hesitações e fracassos pessoais que o faz retornar para as ruas perto dos 30 anos. O método e a discussão do papel dos líderes na obra de Foote Whyte inclusive serviram como trampolim para a carreira de um dos rapazes da esquina, que aplicou as técnicas de observação, identificação e solução de problemas na Força Aérea dos Estados Unidos e no serviço público (Orlandella, 2005).

Orlandella comenta muito positivamente sobre o efeito de Whyte e sua obra em sua vida profissional. E Doc?

Não temos informação de que Ernst Pecci tenha reagido publicamente à obra. Foote Whyte tentou manter ao longo dos anos o contato com seu “informante-chave”. E, mesmo tendo conseguido, isso não impediu de ser acusado de explorar Doc e sua disposição em ajudar (ver a polêmica de Boelen acerca dessa relação – Whyte, 2005, p.353 e ss.). Ao fim e ao cabo:

Guiei meu envolvimento com Doc em termos do princípio de reciprocidade interpessoal. Quando trabalhávamos juntos, tentava ser útil a ele, e Doc parecia satisfeito com a relação. Mais tarde, pode ter chegado à conclusão de que o explorei, como seus filhos acreditam agora.

Seguir o princípio da reciprocidade interpessoal não fornece qualquer garantia de que, anos depois, a relação será vista como justa e imparcial por um informante-chave – ou por seus filhos. (Whyte, 2005, p.354)

Sad but true. Reivindicações éticas de que a pesquisa deve ser pautada pelo compromisso inarredável com causas alheias enfrentam um limite dado pelo prazo de duração do convívio. Em algum momento, o recurso acaba, um relatório tem que ser escrito, há que se defender um trabalho acadêmico, há que se assumir afazeres universitários como dar aulas, participar de instâncias administrativas, formar futuros profissionais. E, mesmo que se pesquise na comunidade à qual se pertence, essa ligação existencial com o objeto não impede que interlocutores assumam outros projetos e não tenham mais tempo ou disposição de preencher-se com as questões existenciais que as pesquisas geralmente despertam. Também há a possibilidade de que mudanças políticas externas às relações pessoais construídas ao longo da pesquisa mudem as disposições para a conversação, de formas que, às vezes, ao fim da pesquisa, os canais do campo se fecham sem que se possa sequer sondar precisamente o porquê.

Daí que é comum conviver-se uma espécie de “mal-estar” que decorre, em meu caso, do fato de que fiz pesquisa com grupos sociais que me eram estrangeiros, em direção aos quais fui para intencionalmente conseguir informações que se transformaram em dados, publicados e transformados em carreira universitária. Esses contatos podem ter se mantido durante algum tempo depois da pesquisa, mas não voltaram a ser o que eram no início. Esse “mal-estar” piora em casos em que se pesquisa em estratos mais desfavorecidos que o meu (“área pobre e degradada”, diz o título do livro de William Foote Whyte). Talvez porque por vezes tenho de transformar relatos de situações de vida de pessoas em “condições de felicidade” piores que as minhas no esteio da minha produção intelectual. Parafraseando Caetano Veloso (1973) num sentido diferente do original, ao publicar sobre as misérias do mundo colocamos os fracassos dos outros na nossa parada de sucessos.

Supondo que esse mal-estar seja um caso particular meu: quais são as soluções possíveis para esse “desconforto íntimo”? Esquecer que ele existe, pesquisar somente pessoas “bem-sucedidas”, redigir um diário íntimo, fazer alguma terapia, abraçar de vez as causas

alheias, encastelar-se na cátedra, purgá-lo com questionários eletrônicos, modelos linguísticos, matemáticos ou protocolos burocráticos de ética? Tais meios são formas de equilíbrio (a tradição crítica diria, com alguma razão, “fugas”): vai ter de haver alguma forma de tornar o inevitável suportável. Antes de apelarmos a frases como “O destino de nosso tempo...” e todas as suas consequências para o “homem moderno”, sigamos um pouco mais com Foote Whyte. Talvez haja alguma pista.

Teorias na prática: aprendendo a jogar

Reconhece-se *Street Corner Society*, desde o início e talvez até hoje, como um livro “pouco teórico”. A relação com a literatura especializada disponível sobre seu objeto de pesquisa foi descrita por Foote Whyte no famoso apêndice de seu livro. Difícil ser mais direto que ele sobre isso:

Durante os dois anos em Chicago, mergulhei naquela literatura sociológica [sobre áreas pobres e degradadas] e fiquei convencido de que a maior parte era inútil e enganosa. Achava que eu me desviaria da minha tarefa se tivesse de me livrar do lixo antes de contar minha história. (Whyte, 2005, p.348).

Por ocasião da defesa da tese, o autor foi obrigado inclusive a escrever um aparte de “revisão de literatura” (Whyte, 2005, p.348). Por um lado, perspectivas de pesquisa futuras e entrecruzadas adiantaram-se no livro. Primeiramente, veja-se os gráficos sucessivos de relações que Whyte apresenta: a busca pela quantificação (sociometria) e qualificação das relações seria aprofundada na escola antropológica de Manchester (Barnes, 1987; Bott, 1976; Mayer, 1987); a pesquisa antropológica de redes sociais, depois, teve consequências surpreendentes alhures (ver Alves, 2012).

Por outro lado, esses rearranjos sucessivos mostram as faces da sucessão no poder em pequenos grupos – o que está em jogo é o “poder em situação”, e não em instituição ou em ideologia. Num nível microsociológico, barganham-se créditos e descréditos que afastam e aproximam pessoas dos centros de decisão do grupo, arranjando-o e desarranjando-o. O “transacionalismo” (Ortner, 2011) coloca os agentes no primeiro plano de estruturas em movimento, tendo foco nas motivações e nos interesses pragmáticos dos agentes e enquadrando o grupo como fonte de recursos (de cigarros, de crédito, de suporte emocional ou voto para vereador). Autores como Howard Becker (1977) e, em especial, Erving Goffman (1982; 1990) podem ser lembrados por essa mesma sensibilidade aos micromovimentos, e por também serem criticados por uma ênfase na ação individual em detrimento da estrutura.

Assinalamos, por fim, as maneiras através das quais a política invade e retorce o cotidiano das relações, continuamente ou em “tempos” específicos. Esse tema foi e é desenvolvido no Brasil numa área de estudos chamada Antropologia da Política (Palmeira; Goldman, 1996; Palmeira; Heredia, 1995).

O reconhecimento da “pouca teoria” de *Street Corner Society* talvez não seja de todo incorreto, afinal a conclusão do livro não cessa de incorporar e discutir material de campo, e as conclusões sobre “estrutura social e indivíduo” não são tão inovadoras quanto o trato metodológico e o estilo da escrita. Pensando pelo lado de quem vive situações complexas e tenta descrevê-las, consideremos o que o texto adianta acerca da discussão sobre a “prática”.

Veja-se o capítulo que descreve uma sequência de arranjos grupais em transformação, durante uma eleição a vereador que envolve o grupo de garotos da esquina. Descreve-se ali um “jogo sério” que afeta poderosamente os *status* e os *ranks* dentro do Clube Atlético Cornerville, conforme a campanha avança. A seriedade do jogo, quando assumida pelo pesquisador, leva a situações eticamente enoveladas, como a que segue.

William Foote Whyte – que, segundo Sociedade de Esquina, era referido como Bill pelos seus interlocutores – narra em certo momento o percurso de uma eleição em 1939. Numa reunião do Clube Atlético Cornerville, então fraturado entre dois candidatos a vereador (Michael Kelly e Angelo Fiumara) e com maioria em favor de Fiumara, Tony Cataldo (membro do clube e gangster apoiador de Kelly) pede que seja dada a palavra para Bill, que toma coletivamente a posição de que se deveria ouvir o máximo possível de candidatos. A posição de Tony Cataldo sai vencedora, e se arma rapidamente um encontro político dos membros do clube com Kelly. Tempos depois, Fiumara ganha a eleição e Carlo, apoiador do vencedor, enquadra Bill por ter dado apoio a Cataldo, através de um pequeno tratado deveras polissêmico sobre a fala, o respeito, a honra e as boas intenções:

Olha, Bill, quando alguém se levanta para falar, eu apuro meus ouvidos para escutar o que aquele homem diz. Olho e escuto, e não perco nada. Quando você se levantou, Tony Cataldo disse: “Aí está o Bill Whyte, ele é neutro, pode nos dizer alguma coisa” Ele fez você parecer legal. E então você disse que não via por que a gente não pudesse ouvir todo mundo; você é que estava muito contente de ouvir todos. Mas tem uma porção de sócios naquele clube que respeita você e ouve o que tem a dizer, pois acham que você é um cara inteligente. Quando disse aquilo, você os influenciou a votarem com Tony Cataldo. (Foote Whyte, 2005, p.184).

Semanas depois, o fundamento do apoio de Cataldo aparece por um relato de Carlo (reitere-se, Bill não estava presente no momento relatado por Carlo, conforme Whyte, 2005, p.188). O candidato Kelly, por influência política sobre o procurador do distrito, desbaratou uma operação que tinha já prendido 10 membros da gangue de Cataldo e que prenderia mais 20 outros posteriormente. Ou seja, Cataldo manietou o clube para dar algum respaldo a Kelly numa área na qual o candidato não tinha muito voto. Curiosamente, na história de Carlo, todos que estavam na sala riram porque quem contou a história foi o próprio Cataldo, meio que sem querer: “Carlo pode ter elaborado um pouco as histórias para me agradar” (ibidem, p.189).

Desta maneira, “Bill” colaborou numa manipulação de um gangster frente à posição política de um clube local. Teria sido ele ingênuo? O apêndice faz entender que não: na situação, Bill tentava reatar relações com Cataldo, do qual teve informações que contribuíram nos capítulos sobre gangsterismo. Então teria sido manipulador? Não foi entendido assim:

ainda que Carlo tenha ficado irritado com Bill, compensou o erro por ele ser “de fora” e certamente não ter entendido direito as implicações de seus atos (ibidem, p.331). Ser “de fora” pode ser desvantagem, mas não raro também é um álibi.

Whyte considerou que apoiar Cataldo tinha sido o pior erro em seu caminho, porque tomou partido claro em uma disputa interna da comunidade por uma necessidade de pesquisa, sem ter motivação ética que fundamentasse sua decisão, sendo que seu engajamento nem adiantou muito (ibidem, p.331). O fato não impediu que ele tomasse iniciativas políticas, mobilizando a comunidade e expondo demandas para a prefeitura da cidade, dentro de um espírito reiteradamente descrito por ele mesmo como “reformista” (ibidem, p.332 e seguintes).

As perguntas éticas que emergem dos apêndices são comuns àquelas que ainda hoje fazemos frente aos grupos que estudamos “desde fora para dentro”: quais são os limites da participação total e da observação total (Cicourel, 1980)? De certa forma Foote Whyte encontra esse dilema e sua resposta nos jogos de boliche: se me divirto jogando, me posiciono socialmente melhor no grupo, mas perco a observação; se simplesmente vejo e anoto comportamentos e resultados, sistematizo meus dados, mas me distancio do grupo. A solução encontrada em certo ponto (Whyte, 2005, p.316-317) é fazer da participação no jogo o objeto, percebendo como grupo e indivíduo se articulam e como isso se expressa na pontuação do boliche. Para além dessas, há aquelas perguntas que dizem respeito à política das relações em campo: até que ponto podemos intervir nos cenários que estudamos? Como dosar a necessidade de fazer perguntas e obter respostas com a necessidade política dos grupos frente ao poder constituído? Como o autor assevera, essas perguntas não têm resposta pronta, afinal elas dependem do sujeito pesquisador e do contexto da pesquisa. Isso não impede que procuremos algumas respostas, mesmo que em linhas gerais.

Conclusão

Ao fim da primeira parte, lancei algumas perguntas oriundas de um peculiar “mal-estar” na pesquisa social, decorrente de que estamos continuamente entrando e saindo de mundos sociais, buscando dados, trazendo-os para um mundo social distinto de especialistas, dentro do qual se constrói uma carreira. O papel social do sujeito que pesquisa, como qualquer outro, implica importar-se, portar-se e comportar-se *being there*, e ser reconhecido por muitos enquanto tal, e especialmente pelos pares *writing here* (Geertz, 1988). Ao mesmo passo que esse “desempenho-reconhecimento” acontece, inculca-se no sujeito cognoscente a “crença” de que realmente se é um pesquisador ou pesquisadora, numa ironia semelhante à que Lévi-Strauss (1996) identifica na construção do xamã Kwakiutl Quesalid: sabendo e querendo provar publicamente que o xamanismo era falso, ele acabou por provar aos pacientes, aos outros xamãs e a si mesmo que era um grande xamã. Perguntas como as lá de cima lançam um pouco de interrogação saudável à identidade do intelectual acadêmico, que consiste – seja na Boston de *Street Corner Society*, seja no Brasil de hoje (e ache-se isso bom ou não) – numa afirmação de classe assentada em capital educacional, inscrita em títulos

acadêmicos, cargos reconhecidos e estruturas de poder, através das quais tenta se assegurar, entre outras coisas, o “poder dizer sobre os outros”, seja por narrativas e/ou por percentagens.

Sabemos disso tudo. As Ciências Sociais, de forma geral, acabam por imprimir em quem se aproxima delas um certo *elan* de desencantamento, que se estende à própria disciplina, com o sistema acadêmico e com as possibilidades de mudança que o conhecimento poderia (deveria?) abrir. Então, qual é a metáfora que melhor assenta nossa visão das coletividades humanas?

Concordo ao menos uma vez com Peter Berger (1976), quando ele postula que a sociedade pode ser vista como drama ou como circo, desde que possamos nos ver como parte dele. De fato, ele o faz quando reflete sobre o conceito de “distanciamento do papel” de Erving Goffman (Berger, 1976, p.144). Quando nos envolvemos em situações de campo, de certa maneira, há que se distanciar daquela identidade construída sobre/por nós e perceber, ainda que posteriormente aos fatos, como se processam as maquinações, as decepções e as meias verdades que vão conduzindo o processo de nossa vida social com os outros, e que nos afetam emocional e profundamente. É nesse sentido que, na Antropologia, as interações em campo constroem a direção do processo de conhecimento.

Diários podem ser uma chave pessoal para expressar esse distanciamento, mas essa modalidade de escrita que vai do registro de dados à terapia solitária não serve para resolver diretamente os dilemas nos quais, afinal, resolvemos nos meter. Por vezes, temos de nos posicionar de imediato, e não é incomum que acabemos nos questionando *post factum* se fizemos algo racionalmente defensável como certo (ou seja, ético). Nenhum termo de consentimento, por mais informado, assinado e carimbado que seja, redimirá questões éticas de campo por um motivo simples: desigualdades estruturais permeiam as relações pessoais que construímos em campo para fazer pesquisa.

Ver a “sociedade como drama” implica assumir, desencantadamente, que nós mesmos e as pessoas que pesquisamos nos movemos por volições e interesses que não são necessariamente nobres, altruístas e/ou coletivistas. Entendo e me identifico, por fim, ao que Berger chama de “maquiavelismo sociológico”:

Recusar-se a levar a sério as regras do jogo, salvo na medida em que essas regras protejam seres humanos reais e promovam valores humanos reais. O maquiavelismo sociológico constitui, pois, o oposto do oportunismo cínico. É a maneira através da qual a liberdade se pode concretizar em ação social. (Berger, 1976, p.171).

Trata-se de uma visão ao mesmo tempo cínica e humanista que atravessa a superfície das boas e das más intenções da ação humana, expondo e problematizando mundos e dilemas sociais, culturais e políticos não reconhecidos e/ou intencionalmente ocultados pelos poderes constituídos. “Vivendo e aprendendo a jogar”, e se necessário (por que não?), burlar as regras.

Referências

- ALVES, Daniel. Aportes teórico-metodológicos para o estudo de redes transnacionais de líderes pentecostais e carismáticos. *Horizontes Antropológicos*, v. 18, n. 37, p. 45-71, 2012.
- BARNES, John Arundel. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.
- BECKER, Howard Saul. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BERGER, Peter Ludwig. *Perspectivas sociológicas*. 2ª. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- BOTT, Elisabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. (Ciências sociais).
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 8ª. ed. Campinas: Papirus, 2007.
- CARDOSO, Ruth Correia Leite. Aventuras de antropólogos em campo, ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. L. (Org.). *A aventura antropológica*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. p. 95-105.
- CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 87-121.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Francisco Alves, 2013. (Cosac Naify Portátil; 3).
- DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter ‘Antropological Blues’. In: NUNES, E. O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.
- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os Nuer*. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- FONSECA, Cláudia Lee Ramos. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência entre grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GEERTZ, Clifford. Estar lá, escrever aqui. *Diálogo*, São Paulo, v. 22, n. 3 p. 58-63, 1988.
- GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. p. 278-321
- GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis numa perspectiva comparativa. In: GEERTZ, C. *O saber local: ensaios de antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 249-356.
- GODBOUT, Jacques. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- LEIRIS, Michel. *A África fantasma*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia. In: LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 193-213. (Biblioteca Tempo Universitário; 7)
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)
- MAYER, Adrian. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. p. 127-158.
- NEPEAS-UFG. *Relatório NEPEAS/IPTSP/UFG, Pesquisa 2020 - 2023*. Goiânia: NEPEAS/IPTSP/UFG, 2023.
- ORLANDELLA, Angelo Ralph. O impacto Whyte sobre um *underdog*. In: WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 364-377.
- ORTNER, Sherry. A Antropologia desde os anos 60. *Mana*, v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011.
- PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares; GOLDMAN, Márcio. (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.
- PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares; HEREDIA, Beatriz Maria Anasia de. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico*, n. 94, p. 31-94, 1995.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 26-67.
- SAID, Edward Wadie. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- VELOSO, Caetano Emanuel Viana Teles. *Épico*. Araçá Azul. São Paulo: Phillips Records 1973.
- WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.



Recebido em: 14-03-2024
Modificado em: 28-09-2024
Aceito em: 27-10-2024

Daniel Alves

Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS).